



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 18 de julho de 2019

1 Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Secretaria de
2 Participação Popular, Direitos Humanos e da Mulher, foi realizada Reunião Ordinária do
3 Conselho das Cidades de Maricá. A Reunião teve Abertura e Primeira chamada às nove horas
4 onde se verificou a insuficiência do quórum mínimo de oito conselheiros. A Segunda Chamada
5 ocorreu às nove horas e trinta minutos onde verificou-se o quórum necessário e a Reunião foi
6 iniciada. Estiveram presentes e seguintes conselheiros titulares: Celso Cabral Nunes (Presidente),
7 Carlos Vinicius Maçante, Cristiane Dutra e Eduardo Silva de Souza, e os seguintes conselheiros
8 suplentes: Bruno Martins, Caio Cesar do Nascimento, Itamar José Nascimento, Marcella Costa
9 Ribeiro Lima Corrêa, Maria Cleivane Araujo Silva e Washington Luiz da Silva. Estiveram
10 presentes ainda a secretária executiva Martha Ann Schmitz, o Subsecretário da Secretaria de
11 Participação Popular, Direitos Humanos e da Mulher Luiz Felipe S. Oliveira, a servidora da
12 Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e da Mulher Leci Alberti, o servidor da
13 Secretaria de Urbanismo Júlio César Ramos e a integrante da União Maricaense dos Estudantes -
14 UMES Yeza Aguiar. A Reunião foi iniciada pelo Presidente que deu a todos as boas vindas e
15 apresentou a Senhora Martha Ann Schmitz, como Secretária Executiva do ConCidade. As Atas
16 das reuniões dos dias dezessete de maio de dois mil e dezenove e vinte e oito de junho de dois
17 mil e dezenove foram lidas e aprovadas sem ressalvas. O Presidente Celso levantou a questão da
18 frequência dos conselheiros e a necessidade de resgatar a presença dos mesmos ou realizar a troca
19 dos membros, além de ressaltar que o conselho traz voz aos seguimentos e os documentos
20 emitidos pelo ConCidade são instrumentos capazes de realizar mudanças para a Cidade. A pauta
21 desta reunião foi ler o regimento interno e analisar possíveis alterações para atender as
22 necessidades do conselho. Foi enviado por e-mail o regimento interno e o Decreto número setenta
23 e seis de trinta de agosto de dois mil e dezessete, que regulamenta o Conselho da Cidade, para
24 todos analisarem e sugerirem possíveis alterações. O Conselheiro Bruno propôs a leitura dos
25 documentos e foram providenciadas cópias para todos os presentes. Foi discutido entre os
26 presentes sobre a maneira de se trocar as entidades que não estão comparecendo às reuniões e se
27 elas teriam que ter participado da última Conferência da Cidade ou não. A Servidora Leci
28 ressaltou que, na representação da sociedade civil, não constam as entidades específicas que cada
29 conselheiro representa, está de maneira global, sendo classificadas como segmentos:
30 Organizações não Governamentais com atuação na área do desenvolvimento urbano; Entidades
31 profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais; Empresários relacionados à
32 produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano; Movimentos sociais e populares,
33 institucionalizados ou não; e Trabalhadores por suas entidades sindicais. A Conselheira Cristiane
34 sugeriu substituir as pessoas que não estão comparecendo. O Presidente Celso levantou a
35 sugestão de organizar o conselho existente e resgatar os conselheiros. A Servidora Leci leu os
36 nomes dos membros titulares e suplentes atuais. Eu, como Secretária, solicitei aos presentes que
37 atualizassem a lista com telefones e e-mails e a Conselheira Cristiane pediu para os membros



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 18 de julho de 2019

38 fornecerem o e-mail da entidade que representam, além da criação um grupo de WhatsApp para o
39 ConCidade. O Conselheiro Washington levantou a questão do caso de uma pessoa que representa
40 um setor não governamental seja atribuído um cargo no governo, se ela pode continuar
41 representando o segmento não governamental no ConCidade. O Conselheiro Caio respondeu que
42 os candidatos a conselheiros se cadastraram na Conferência da Cidade de dois mil e dezessete no
43 segmento por sociedade ou governo e devem representar o segmento para qual foram eleitos. O
44 Conselheiro Bruno ressaltou que a entidade tem que responder pela sua coletividade e não com o
45 que a pessoa que a representa acredita ser relevante. A Conselheira Cristiane informou que no
46 Conselho de Saúde, quando uma pessoa que representa um movimento vai fazer parte do governo
47 ela perde a cadeira no conselho, pois julgam que não tem como uma pessoa que faz parte do
48 governo fiscalizar o próprio governo, porém essa questão só pode ser mudada na próxima
49 Conferência da Cidade. O Conselheiro Caio completou que essa questão foi debatida desde a
50 construção do conselho e que independente de fazer parte do governo ou da sociedade estamos no
51 conselho para construir e conduzir os trabalhos relativos ao ConCidade com responsabilidade. O
52 Presidente Celso solicitou que retomassem a pauta e foi iniciada a leitura do regimento. Após a
53 leitura do regimento os presentes tiveram a oportunidade de sugerir alterações. O Presidente
54 Celso estipulou três minutos de fala para cada conselheiro sugerir as alterações e comentou sobre
55 a necessidade de se ter dois terços dos presentes para alterar o regimento interno. O Conselheiro
56 Bruno opinou no sentido de que o documento está perfeito e que o conselho tem que se regular
57 por ele, estando claro em relação às entidades e as câmaras temáticas, quantas devem existir e
58 como elas geram informações. O Conselheiro Eduardo levantou uma consideração em cima da
59 quantidade mínima de conselheiros para se obter quórum para reunião e fez uma proposta de
60 alteração para um quinto. Propôs ainda aumentar o número e a abrangência das câmaras técnicas.
61 O Conselheiro Itamar citou o Artigo terceiro e sugeriu uma regularização das entidades. O
62 Conselheiro Washington completou falando que tanto os segmentos de empresários quanto as
63 entidades profissionais não têm a quem reportar. O Presidente Celso afirmou que vai procurar
64 identificar as instituições e seus representantes no conselho e cobrar a presença dos membros
65 titulares e suplentes. O Conselheiro Itamar destacou a competência dos conselheiros, no Artigo
66 vinte e três, em fazer qualquer tipo de alteração no regimento interno. O Conselheiro Washington
67 retomou a questão de se tornar mais clara a participação de quem é do governo e quem é da
68 sociedade civil, pois é confuso quando um conselheiro que não representa o governo no
69 ConCidade é nomeado a um cargo no governo e comentou ainda, sobre a possível desistência à
70 vaga no conselho, devido a pessoa poder ser punida por parecer que favoreça ao governo. O
71 Presidente Celso informou que independente de cargo no governo a questão é ser justo e
72 desempenhar o papel de conselheiro que nos cabe. Propôs ainda fazer um timbre ou logo,
73 formalizando os documentos reivindicatórios do Conselho da Cidade, o aval do conselho, que é
74 prova e tem grande respaldo dentro do Ministério Público. Adicionou também que o conselho



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 18 de julho de 2019

75 talvez não demonstrou a força que tem perante a sociedade e há a necessidade de se tornar
76 público as conquistas do conselho. O Conselheiro Caio pontuou o Artigo terceiro e propôs seguir
77 o regimento após esta reunião, pois estamos aqui para construir no ConCidade e comentou que
78 não há nenhuma alteração a sugerir, ressaltou ainda o fato das reuniões serem mensais. Eu, como
79 Secretária, falei sobre o Decreto número setenta e seis de trinta de agosto de dois mil e dezessete,
80 onde no Artigo oitavo alterou a Reunião Ordinária mensal para no mínimo quatro reuniões
81 ordinárias ao ano. Os conselheiros manifestaram a importância da reunião ser realizada uma vez
82 por mês. O Conselheiro Caio deu os parabéns, pois é primeira vez em dois anos que vê a
83 seriedade do conselho. O Conselheiro Bruno manifestou sua felicidade ao fato que todos
84 concordam que o regimento interno tem que ser seguido e temos que ter mais atenção a este
85 documento, retomou a importância dos representantes dos movimentos sociais considerarem a
86 coletividade que eles representam e citou a qualificação do conselho que tem que tratar a cidade
87 através da vista da sociedade, do trabalhador. O Presidente Celso pontuou que a única coisa que
88 não deseja no conselho é a discussão entre conselheiros por discordância de forma de pensamento
89 e rancor pessoal por instituição. A Conselheira Cristiane retomou a questão da separação de
90 sociedade civil e governo, de discriminar os seguimentos do conselho e descrever critérios como,
91 por exemplo, que tenham participação no município e sejam legalmente criadas, além de detalhar
92 o que cada um representa e suas atividades. O Conselheiro Washington comentou que essa
93 questão deve ser reivindicada na próxima Conferência da Cidade. O Conselheiro Eduardo
94 explicou que é uma questão simplesmente de nomenclatura no regimento interno, era só mudar
95 para primeiro setor: Órgão Público, segundo setor: Empresariado e terceiro setor: Entidades. O
96 Presidente Celso concorda em ver o universo que cada conselheiro está representando dentro do
97 conselho, regulamentar que seja representada somente a população de Maricá. O Conselheiro
98 Washington retomou a questão de representante que faz parte do governo poder ser conselheiro
99 representando uma entidade. O Conselheiro Caio disse que o conselho já foi eleito e essa questão
100 deve ficar para a próxima Conferência da Cidade. O Conselheiro Itamar citou que o conselheiro
101 da sociedade civil deve representá-la e que se o representante entrou para o governo não pode
102 fazer nada, mas ele responde pela sociedade e não governo. O Presidente Celso afirma que o
103 interesse deste conselho é a Cidade. O Conselheiro Washington decide retirar o questionamento,
104 mas afirma que isso inibe o debate. O Presidente Celso explica que não inibe o debate, mas não
105 cabe discutir isso no momento. A Conselheira Cristiane informa que este debate ocorreu na
106 Conferência da Cidade e não adianta discutir agora e acrescentou a sugestão sobre a questão da
107 composição poder ser mais paritária entre governo e sociedade civil, podendo ter um vice-
108 presidente representando a sociedade civil. O Conselheiro Bruno citou que, em alguns conselhos,
109 o presidente entra em acordo onde ele fica dois anos e depois abdica e troca com um
110 representante da sociedade civil. O Presidente Celso para finalizar comentou que vai levantar as
111 alterações sugeridas para posterior realização das mudanças em assembleia específica ou na



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 18 de julho de 2019

112 próxima Conferência da Cidade. Para finalizar, o Presidente pediu propostas para a próxima
113 reunião onde a Conselheira Cristiane solicitou sobre o Empreendimento Colinas e o Conselheiro
114 Eduardo sobre o Transporte Coletivo de Maricá. A Reunião teve seu término às doze horas. Eu,
115 Martha Ann Schmitz, lavrei a presente Ata.

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo e Presidente do ConCidade

Martha Ann Schmitz

Secretária Executiva do ConCidade

Carlos Vinicius Maçante

Representante Titular dos Movimentos sociais e populares,
institucionalizados ou não

Cristiane Dutra

Representante Titular dos Trabalhadores por suas entidades
sindicais

Eduardo Silva de Souza

Representante Titular dos Movimentos sociais e populares,
institucionalizados ou não

Bruno Martins

Representante Suplente dos Movimentos sociais e populares,
institucionalizados ou não

Caio Cesar do Nascimento

Representante Suplente dos Movimentos sociais e populares,
institucionalizados ou não

Itamar José Nascimento

Representante Suplente das Entidades profissionais, acadêmicas e
de pesquisa e conselhos profissionais

Marcella Costa Ribeiro Lima Corrêa

Representante Suplente da Secretaria de Habitação e
Assentamentos Humanos

Maria Cleivane Araujo Silva

Representante Suplente dos Movimentos sociais e populares,
institucionalizados ou não

Washington Luiz da Silva

Representante Suplente dos Empresários relacionados à produção e
ao financiamento do desenvolvimento urbano

Luiz Felipe S. Oliveira

Subsecretário da Secretaria de Participação Popular, Direitos
Humanos e da Mulher

Leci Alberti

Servidora da Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos
e da Mulher

Júlio César Ramos

Servidor da Secretaria de Urbanismo

Yeza Aguiar

Integrante da União Maricaense dos Estudantes - UMES